

Ação coletiva, cooperativismo e turismo: Estudo de caso da Comunidade Menonita de Witmarsum (Paraná/Brasil)

Joélcio Gonçalves Soares* Cicilian Luiza Löwen Sahr**
Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Resumo: Este artigo é uma análise da ação coletiva e do uso de recursos comuns no desenvolvimento do turismo na comunidade menonita de Witmarsum, situada no município de Palmeira-PR. Para sua construção, foram vencidas as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica de cunho teórico sobre ação e trabalho coletivo; b) pesquisa bibliográfica e documental sobre o turismo em Witmarsum e a Cooptur – Cooperativa Paranaense de Turismo; e c) entrevistas com lideranças locais envolvidas no desenvolvimento do turismo via cooperativismo. A partir dos princípios elencados por Ostrom (2011) para o estudo de comunidades que desenvolvem ações coletivas em torno de recursos de uso comum, observou-se que Witmarsum, por se tratar de uma comunidade etno-religiosa com uma história imigratória comum e uma forte base religiosa menonita, possui vasto potencial para o desenvolvimento de atividades cooperativas. Observa-se, todavia, que as atividades cooperativas turísticas apresentam dinâmicas diferenciadas se comparadas às atividades cooperativas agropecuárias tradicionalmente desenvolvidas em Witmarsum.

Palavras-chave: Turismo; Cooperativa; Menonitas; Witmarsum/PR.

Collective action, cooperativism and tourism: A case study of the Mennonite Community of Witmarsum (Paraná, Brazil)

Abstract: This article is an analysis of collective action and the use of common resources for tourism development in the Mennonite community of Witmarsum (Palmeira municipality, Paraná, Brazil). The research is divided in different phases: a) bibliographical research on theories of agency and collective work; b) bibliographical and documental research on Tourism in Witmarsum and the *Parana Cooperative for Tourism* (COOPTUR); and c) interviews with local leaders involved in tourism development through cooperative action. Based on Ostrom's principles (2011) for community studies with reference to collective actions that are making use of commons, it can be observed that Witmarsum has a vast potential for cooperative development activities due the fact that it is an ethnic-religious community with a shared migration history based on a religious fundament in Mennonite faith. It should be mentioned, however, that the dynamics of touristic cooperative activities are different from traditional agricultural cooperatives in Witmarsum.

Keywords: Tourism. Cooperative; Mennonites; Witmarsum/PR (Brazil).

1. Introdução

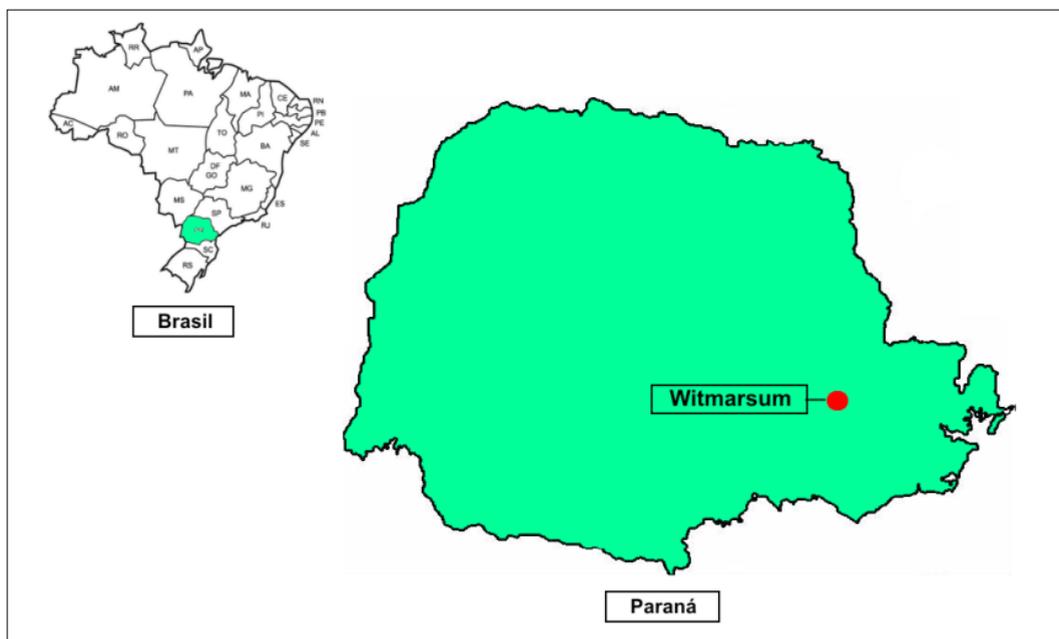
A comunidade de Witmarsum (Figura 1), idealizada e habitada por um grupo etno-religioso menonita¹, vem buscando agregar às suas atividades econômicas dos ramos de laticínios e produção de soja e milho, ações e empreendimentos voltados ao turismo. Primeiramente, durante a década de 1990, observam-se algumas iniciativas individuais de membros da própria comunidade. Estes foram identificando

* Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná, UFPR, Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG-PR e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO-PR (Brasil); E-mail: joelciosoaes@yahoo.com.br

** Professora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG-PR e Universidade Federal do Paraná, UFPR (Brasil); E-mail: cicilian@uol.com.br

possibilidades de trabalhar com o turismo e, assim, organizaram seus pequenos empreendimentos relacionados ao ramo de alimentos e bebidas.

Figura 1 - Localização da Comunidade Menonita de Witmarsum no Paraná e no Brasil



Fonte: Organizado pelos autores

Posteriormente, por volta de 2002, a comunidade foi escolhida pelo Sescop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - e pelo Ocepar - Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná - para se aplicar um projeto piloto do “Programa de Turismo Rural Cooperativo”. Tal escolha deveu-se as características de ação coletiva da cooperativa de produção da comunidade - Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda - e também aos seus primeiros passos em direção ao turismo. Se houvesse êxito neste projeto piloto em Witmarsum, o mesmo seria aplicado a outras comunidades de imigração europeia que tivessem a cooperativa como forma de organização produtiva.

Diante dessa oportunidade, a comunidade de Witmarsum passou a olhar para o turismo como uma atividade alternativa, que poderia gerar renda, tendo em vista que havia dificuldade para expansão de suas atividades econômicas tradicionais. A dificuldade advinha tanto da falta de terras para aumentar a produção de cereais e a criação do gado leiteiro, como também do aumento da população. Esses fatores combinados acirraram o processo de especulação fundiária local.

Foi em meio a uma situação de êxodo rural, com jovens buscando oportunidade de trabalho nos centros urbanos mais próximos, como Curitiba e Ponta Grossa, que o turismo tornou-se uma possibilidade. Tal atividade foi vista como atrativa para este segmento da comunidade, uma vez que não se tratava de um trabalho árduo como a agropecuária, apesar de exigir uma grande dedicação, sobretudo na fase inicial, e também longa espera para se ter um retorno financeiro.

O sucesso do empreendimento, no entanto, não dependeria apenas de ação e trabalho individual, mas de um esforço e cooperação entre todos os empreendimentos da comunidade ligados direta ou indiretamente ao turismo. Como os menonitas possuem uma forma de organização peculiar, que envolve tanto ações e trabalhos em grupos como comunitários, este seria um elemento facilitador ao turismo cooperativo. A forma de organização na qual os processos de cooperação se desenvolvem exige forte estrutura e coesão social, o que é um recurso presente na comunidade.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a ação coletiva e o uso de recursos comuns no desenvolvimento do turismo na comunidade menonita de Witmarsum, situada no município de Palmeira-PR.

Para sua construção foram vencidas, de forma simultânea e integrada, as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica de cunho teórico sobre ação e trabalho coletivo; b) pesquisa bibliográfica e documental sobre o turismo em Witmarsum e a Cooptur – Cooperativa Paranaense de Turismo; e c) entrevistas com lideranças locais envolvidas no desenvolvimento do turismo via cooperativismo.

No que concerne à estrutura do artigo, primeiramente se desenvolveu uma discussão conceitual e metodológica sobre ação coletiva e instituições, apresentando os princípios elencados por Ostrom (2011) para o estudo de comunidades com recursos de uso comum, bem como, suas possibilidades para o presente estudo. Na sequência se analisou a filosofia da proposta da Cooptur, buscando apreender como esta se coaduna com a filosofia de Ostrom. Por fim, dentro deste contexto teórico e metodológico, se verificou a situação do turismo em Witmarsum, avaliando a capacidade interna de cooperação, bem como, as influências exógenas indutoras desta.

2. Ação coletiva e uso comum de recursos: reflexões teóricas a partir de Elinor Ostrom

A discussão central de Elinor Ostrom gira em torno da busca por entender de que forma comunidades que possuem um recurso de uso comum se organizam internamente, sem a influência de agentes externos (governo ou entidades privadas), fazendo com que todos os membros tenham um uso equitativo e sejam beneficiados da mesma forma. A obra mais eloquente da autora, intitulada *“El Gobierno de los Bienes Comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva”* (2011), apresenta uma discussão calçada em três elementos centrais e culmina na apresentação de oito princípios norteadores para sustentação de sistemas de recursos de uso comum. Tais aportes permitem a construção teórica da presente pesquisa.

2.1. Elementos e princípios da teoria

O primeiro elemento da proposta de Ostrom se refere a “Crítico os fundamentos de análise que partem de teorias fechadas, tal como se aplica em muitos recursos e bens de uso comum” (2011: 136). A contribuição da autora quanto aos estudos sobre ação coletiva e instituições, tem como ponto de partida os pressupostos expostos por Hardin (1968) e Olson (2011). Para estes estudiosos a ação coletiva seria algo utópico, pois por um lado o egoísmo dos usuários iria prevalecer em algum momento, deixando que cooperassem de forma igualitária, já que teriam benefício via trabalho dos outros (Olson, 2011), e por outro, que a cooperação não existiria em virtude daqueles que se utilizariam mais do recurso, degradando-o, ou seja, utilizando-o de forma não sustentável, o que levaria a tragédia dos comuns (Hardin, 1968). Nota-se que tais autores possuem um viés fechado e generalizante, observando somente o que poderia ocorrer de negativo via ação coletiva sobre os bens comuns, condenando as comunidades ao fracasso.

O segundo elemento concerne a “Apresentar exemplos empíricos de iniciativas tanto exitosas como não exitosas de regulação e administração de recursos e bens de uso comum” (Ostrom, 2011: 36). Neste a autora, a partir de estudos de caso, possibilita observar que muitas comunidades (Ex.: aldeias de Hirano, Nagaike e Yamanoka no Japão e Törbel na Suíça, com as terras de uso comum (Ostrom, 2011: 123-135)) conseguem se organizar por meio da ação coletiva, sendo maioria perante aquelas que não chegam a tal êxito (Ex.: comunidades de Bodrum e Izmir na Turquia com áreas comuns de pesca (Ostrom, 2011: 250-259)). Para isso se utiliza de estudos desenvolvidos por ela mesma e seu grupo de pesquisa, bem como, por outros autores e grupos. Utiliza-se da técnica de meta-análise para levantar pontos chave nos resultados de tais estudos e inferir sobre as similaridades entre os elementos que levam ao sucesso/insucesso da ação coletiva.

No que se refere a elementos principais que levam ao sucesso, pode-se citar: a organização local pelos usuários do recurso de uma instituição, sem interferência de agentes externos; a possibilidade da participação de todos os usuários na organização em torno do recurso; e também a confiança existente entre os usuários. Já como fatores que levam ao fracasso, têm-se: a falta de uma instituição robusta que controle o uso do recurso comum de forma igualitária pra todos; a baixa confiança entre usuários; e a inexistência de normas e regras, e quando essas existem, pode ser a falta de monitoramento sobre o seu cumprimento, gerando conflitos entre os usuários e também a perda de confiança na instituição (Ostrom, 2011).

O terceiro elemento, que se pode considerar o mais importante, diz respeito a “Desenvolver instrumentos mais bem estruturados a fim de compreender as capacidades e limitações das comunidades e suas instituições de autogoverno e a regulação de distintos recursos” (Ostrom, 2011: 36). Este elemento representa a contribuição teórica de Ostrom (2011). Através da crítica a teorias fechadas (primeiro elemento) e a partir do estudo de diversas comunidades e organizações que envolvem recursos de uso comum (segundo elemento), ela cria pressupostos passíveis de serem utilizados para embasar estudos

em comunidades que apresentem processos de cooperação e trabalho coletivo de longa duração, os quais ela denomina como “princípios de desenho” (Ostrom, 2011: 168).

Ao tratar desses princípios, Ostrom (2011: 168) salienta que “[...] por princípio de desenho entende-se um elemento ou condição essencial que permite explicar o êxito das instituições para sustentar um sistema de recursos de uso comum - RUC e sustentar o cumprimento das regras de uso, geração após geração de usuários”. Ou seja, a partir das pesquisas desenvolvidas, chegou-se a princípios que estão presentes nas comunidades que sinalizam para situações exitosas quanto ao trabalho com recursos de uso comum por meio da cooperação entre seus membros e que tem como elemento central uma instituição.

No entanto, “[...] para que estes princípios de desenho constituam uma explicação plausível da persistência destes sistemas de RUC e de suas respectivas instituições, tenho que mostrar que eles podem afetar os incentivos de tal maneira, que os usuários estarão dispostos a comprometer-se com o cumprimento das regras de funcionamento criadas nos sistemas, a monitorar o cumprimento das regras por parte de cada membro e a reproduzir suas instituições de geração em geração” (Ostrom, 2011: 168).

Sendo assim, a autora não simplesmente supõe que determinada situação ou princípio pode ser importante, mas se propõe a comprovar a influência de cada um através de estudos, não somente seus, mas, também do seu grupo e de outros grupos de pesquisa. Desta forma, assevera sobre como cada princípio de desenho proposto influi na situação das comunidades, de seus recursos e de sua gestão intracomunidade via uma instituição central.

Os oito princípios de desenho formulados por Ostrom (2011) são apresentados no Quadro 1, tendo em vista que os mesmos além de serem a base teórica deste artigo, também se apresentam como pressupostos para a metodologia de análise da instituição cooperativa que faz parte deste estudo, ou seja, a Cooptur e sua presença na comunidade de Witmarsum.

Quadro 1: Princípios de desenho de Ostrom para estudo de comunidades/ instituições de ação coletiva e recursos de uso comum

1. Limites claramente definidos	Os indivíduos ou famílias com direitos para extrair unidades de recurso do sistema de RUC devem estar definidos com clareza, igualmente aos limites do próprio sistema de recursos.
2. Coerência entre as regras de apropriação/participação e provimento e as condições contextuais	As regras de apropriação que restringem o tempo, o lugar, a tecnologia e a quantidade de unidades de recurso se relacionam com as condições locais e com as regras de provimento que requerem trabalho, materiais e/ou dinheiro.
3. Acordos de escolha coletiva	A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar em sua modificação.
4. Monitoramento	Quem monitora de maneira ativa as condições do RUC e o comportamento dos apropriadores, presta contas aos apropriadores ou são apropriadores eles mesmos.
5. Sansões graduadas	Os apropriadores que violam as regras de operação recebem sansões graduadas (dependendo da gravidade e do contexto da infração) por parte de outros usuários, funcionários correspondentes ou ambos.
6. Mecanismos para resolução de conflitos	Os apropriadores e as autoridades têm acesso rápido a instâncias locais para resolver com um custo baixo os conflitos entre os usuários ou entre estes e os funcionários.
7. Reconhecimento mínimo de direitos de organização	Os direitos dos usuários de organizar suas próprias instituições não são questionados por autoridades governamentais externas.
8. Empreendimentos aninhados	As atividades de apropriação, provimento, monitoramento, aplicação das normas, resolução de conflitos e governança estão organizadas em múltiplos níveis de entidades/ empreendimentos aninhados.

Fonte: Organizado pelos autores com base em Ostrom (2011: 169-185) e Ostrom *et al* (2011: 140-142).

De acordo com Ostrom *et al* (2011: 142), “[...] a possibilidade de os princípios de desenho sintetizarem os fatores que determinariam a sobrevivência duradoura de uma instituição de recurso de uso comum vem atraindo o interesse de um grande grupo de acadêmicos” devido a relevância teórica dos mesmos e pela forma como foram propostos, pois representam confiabilidade, já que não foi somente uma proposição, mas algo calcado em diversos estudos de caso. “Uma recente meta-análise de 112 artigos publicados por pesquisadores diversos avaliou a validade dos princípios de desenho para explicar o sucesso ou fracasso em variados recursos de uso comum” (Ostrom *et al*, 2011: 142), onde dois terços dos artigos vieram a confirmar que os princípios de desenho de Ostrom (2011) são relevantes para estudar as instituições que envolvem ação coletiva e recursos de uso comum.

2.2. Possibilidades técnicas e metodológicas

Esta pesquisa se caracterizou como um “estudo de caso do tipo avaliativo”, envolvendo “descrição do fenômeno” sobre sua gênese, características e dinâmicas, e também “análise qualitativa” a partir de pressupostos calcados em fundamentos teórico-metodológicos (Gil, 2009: 50). Estes fundamentos foram construídos a partir da proposta de Elinor Ostrom (2011) para análise da ação coletiva e do uso de recursos comuns.

A transposição de Ostrom (2001), todavia, não se deu de forma direta, tendo em vista que os recursos comuns analisados por ela são recursos naturais, enquanto os recursos analisados na presente investigação são mais abrangentes, tratando-se de recursos culturais onde a questão natural está embutida. Outra diferenciação foi o esforço em adaptar a proposta da autora ao estudo com foco no turismo. Outra questão é que Ostrom analisa comunidades sem a influência de agentes externos (governo ou instituições privadas), o que não é o caso de Witmarsum localizada a 60 quilômetros da capital do Estado do Paraná.

A construção metodológica da pesquisa pautou-se, sobretudo, nos elementos centrais e princípios de desenho apresentados por Ostrom (2011) para estudo de instituições e/ou comunidades com recursos de uso comum. A instituição analisada é a Cooptur e se baseia nos Estatutos que fundamentam seu funcionamento para dois momentos, o da sua criação em 2004 e o da atualidade, construído em 2007 e em vigor até hoje. A análise se estende também a outros documentos de instituições ligadas direta e indiretamente a Cooptur, aos quais se teve acesso nos contatos com as lideranças da Cooptur e da comunidade em estudo.

A escolha da comunidade não se deu ao acaso. Witmarsum, desde a sua fundação em 1951, sempre manteve uma forte relação entre sua Cooperativa de Produção e Associação Comunitária (Klassen, 1998: 60), elementos importantes na ação coletiva. Sua homogeneidade étnica e religiosa sempre articularam aspectos importantes, como seu idioma *Plattdütsch* e sua fé menonita (Klassen, 1998: 179 e 222), fortalecendo uma cultura de trabalho coletivo. Também para o turismo, a peculiaridade de ser a comunidade escolhida como piloto para implantação da proposta de turismo regional nos Campos Gerais do Paraná, colocou-a como importante exemplo na modalidade de turismo cooperativo.

Para levantar gênese e dinâmica de estruturação e desenvolvimento do turismo na comunidade de Witmarsum utilizaram-se dados primários colhidos por meio de “entrevistas em profundidade” (Veal, 2011: 271) com lideranças ligadas ao turismo local e/ou que possuem empreendimentos filiados a Cooptur. Foram entrevistados três indivíduos, sendo estes: um proprietário de agência de receptivo local (H. E. Philippsen, 2012; 2015), uma proprietária de pousada e empreendimento de turismo rural (E. Hamm, 2012) e um proprietário de empresa de turismo de aventura (R. Philippsen, 2015). Cabe salientar que por se utilizar o procedimento de entrevistas em profundidade, estas foram longas (acima de 2 horas cada), possibilitando juntar uma gama de dados sobre a atuação, formas de organização e ações desenvolvidas internamente pela comunidade e/ou pela cooperativa de turismo. Entre as informações foram selecionadas aquelas que permitem validar os elementos e princípios de Ostrom.

3. Análise institucional da Cooperativa Paranaense de Turismo

O objetivo desta seção é analisar a instituição Cooptur e suas finalidades a partir dos princípios de desenho de Ostrom (2011). Embora sua fundação tenha ocorrido em 2004, ao longo do tempo assisteu-se a reorganizações estruturais e a reformulações de seu estatuto. Assim, com vistas a conhecer as peculiaridades institucionais da Cooptur e sinalizar para elementos que promovam ações coletivas e cooperação, o histórico e os estatutos da instituição são analisados a seguir, em diferentes versões temporais, detalhando-se as aproximações e distanciamentos a cada um dos princípios de Ostrom.

3.1. Histórico da Cooperativa e do Programa Rural de Turismo Cooperativo

A gênese do turismo no Brasil com base em organizações cooperativas está ligada a ações do Sescoop. Esta entidade, ao observar o turismo rural como uma possível atividade que viesse agregar renda complementar em comunidades rurais que apresentassem potencialidades turísticas, “[...] decidi investir na implementação de um modelo de turismo rural que se caracterizasse pela organização social de seus empreendedores, sob a orientação e supervisão de suas Unidades Estaduais²” (Sescoop, 2002: 5-6).

Com o objetivo de realizar um trabalho em âmbito nacional, se fizeram necessárias algumas parcerias, sendo a principal delas fechada com o Ministério do Esporte e Turismo, por meio do Convênio 298/2001, que apresentava como objetivo viabilizar a implantação do “Programa de Turismo Rural Cooperativo” nos estados brasileiros (Sescoop, 2002). As ações derivadas do Convênio se deram em doze municípios polo pertencentes a dez estados brasileiros, sendo estes: Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Alagoas⁴ (Paraná Cooperativo, 2002).

Seriam estes, então, os primeiros passos rumo à organização de cooperativas de turismo, tendo como foco o desenvolvimento de ações em pequenas propriedades de comunidades rurais que apresentassem potencialidades. Acreditava-se que o turismo poderia gerar renda complementar e, desta forma, incentivar os agricultores a se manterem no campo, evitando, pelo menos em parte, o êxodo rural³ (Mielke, Gandara e Serra, 2008).

Para implementação dos trabalhos do programa, se fez necessária a identificação por parte de facilitadores locais, de características importantes nas comunidades, que “[...] deveriam apresentar uma estrutura comunitária com coesão social”, na qual o processo de participação pudesse ocorrer de forma positiva. “Significava ir para além da aparência da comunidade, captando a essência das relações sociais entre os interessados” (Sescoop, 2002: 19).

Observa-se na apresentação da tipologia de comunidades que seriam alvo do programa alguns elementos centrais. O primeiro elemento apresenta situação análoga ao princípio de Ostrom (2011) que trata dos “Limites bem definidos”, já que a estrutura comunitária buscada para aplicação do projeto previa limites, sugerindo comunidades com organização social coesa e presença de cooperativas de produção.

Esta coerência apresenta-se como necessária para Ostrom *et al* (2011: 82), pois “A heterogeneidade relacionada à etnia, status, formas de organização”, e outros elementos que envolvam questões sociais, “[...] geralmente se traduz em heterogeneidade política e econômica e é refletida nos interesses em recursos compartilhados”. Assim, quanto mais o grupo apresentar homogeneidade com base nos aspectos prévios solicitados pelo programa, mais chance das suas ações serem desenvolvidas com resultados positivos.

No estado do Paraná os trabalhos do “Programa de Turismo Rural Cooperativo” se iniciaram com um projeto piloto aplicado na Comunidade Menonita de Witmarsum situada no município de Palmeira-PR (E. Hamm, 2012). Após obter êxito em Witmarsum, as ações do projeto se expandiriam a outras comunidades de imigrantes envolvendo suas cooperativas: a Batavo de Carimbeí; a Castrolanda de Castro; a Capal de Arapotí; a Camp de Prudentópolis e a Agrária de Guarapuava. Através de cursos, palestras e treinamentos, líderes dessas comunidades passaram a “falar a mesma língua” no que se refere ao turismo (E. Hamm, 2012). As seis organizações cooperativas se preparariam para a criação de uma cooperativa que tivesse como foco a atividade turística, uma das ações seguintes do programa⁵ (Entre Rios, 2010).

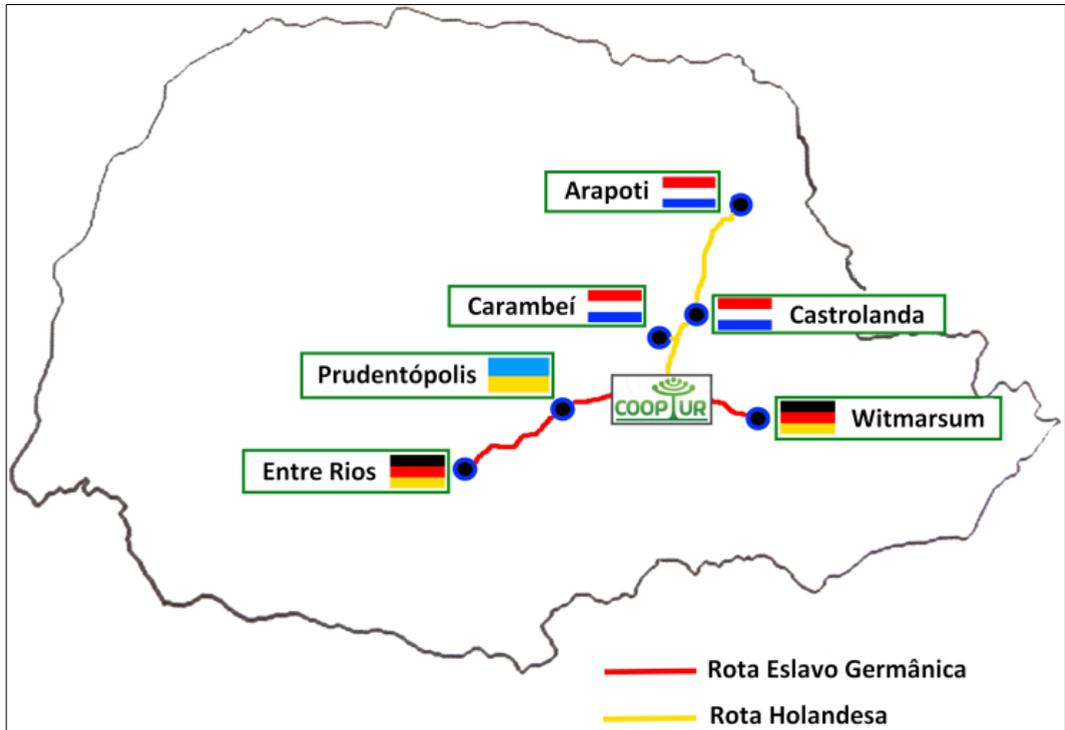
Desta forma, após a aplicação dos cursos derivados do “Programa de Turismo Rural Cooperativo”⁶ nas comunidades selecionadas, foi instituída no Paraná “[...] o que seria conhecida como a primeira cooperativa de turismo do Brasil, a Cooperativa Paranaense de Turismo – Cooptur, cujos segmentos de turismo comercializados seriam os de Turismo Rural e Turismo de Aventura” (Mielke, Gandara e Serra, 2008, s/p). A formação integrou as cooperativas de produção supracitadas, constituindo a Rota dos Imigrantes (Setti, 2011).

A Rota dos Imigrantes constituiu-se de duas rotas étnicas distintas: a Rota Eslovo Germânica, que compreende os municípios de Palmeira (Witmarsum), Prudentópolis e Guarapuava (Entre Rios); e a Rota Holandesa, que compreende os municípios de Carambeí, Castro (Castrolanda) e Arapotí (Figura 2). Poderiam ainda ser incorporados outros municípios do entorno destes com componentes étnico-culturais marcantes (Sescoop, 2004: s/p.).

O objetivo central da Cooptur era “estruturar e promover o turismo, onde os visitantes entrariam em contato com a cultura, a culinária, o artesanato, o trabalho e as paisagens onde vivem os imigrantes e

descendentes de holandeses, ucranianos e alemães”. Ou seja, o turismo estaria vinculado aos recursos de uso comum, materiais e imateriais, existentes nas comunidades. Cabe ainda salientar o papel das cooperativas de produção, pois através delas “se desenvolve agricultura e a pecuária de leite mais moderna do Brasil em termos de tecnologia e produtividade” (Setti, 2011: 235), algo que se apresentou como mais um atrativo para a atividade turística, tendo em vista a experiência pioneira dos imigrantes neste setor.

Figura 2: Área de atuação da Cooptur – 2004



Fonte: Organizado pelos autores com base em SESCOOP (2004: s/p.)

Nota-se nesta descrição da formação da Cooptur a apresentação do recorte espacial de participação proposto inicialmente, com as seis cooperativas formadas por imigrantes (abrangência), propondo atividades ligadas aos aspectos culturais de descendentes de imigrantes (culinária, o artesanato, o trabalho de forma coletiva) e as paisagens onde vivem. Neste sentido, estes limites sinalizam para o Princípio Um de Ostrom (2011) - Limites espaciais de atuação e de quem pode participar -, tendo importância quando da formação de tal instituição.

3.2 Aproximações e distanciamentos dos Princípios de Ostrom

Para a análise dos princípios de Ostrom na Cooptur, busca-se avaliar a dinâmica temporal dos elementos institucionais a partir da contraposição entre os estatutos de 2004 e 2007, este em vigor até os dias de hoje.

a) *Limites claramente definidos*

Para este princípio foi avaliado a área de atuação da cooperativa de turismo e quem pode participar dela. A avaliação se deu de forma comparativa entre os estatutos de 2004 e 2007 relacionados a estas duas questões.

A proposta apresentada em 2004, quando da organização do primeiro estatuto social da cooperativa, consta que a área de atuação abrangeria os municípios do roteiro dos imigrantes, anteriormente descrito. No entanto, ocorrem mudanças no estatuto a partir de 2007. Neste novo estatuto consta como área de abrangência e atuação todo território nacional e de admissão de associados circunscritos no estado do Paraná (Cooptur, 2007: 1). Com isso, os limites deixam de ser claramente definidos. Os associados podem ser de qualquer ponto da unidade da federação e as ações da cooperativa passam a abranger todo o Brasil. Isso se reflete numa fragilização da Cooptur com relação às suas finalidades iniciais.

No estatuto de 2004, é citado que “Poderá se associar à cooperativa qualquer pessoa que ofereça produtos turísticos conforme aqueles definidos pela cooperativa” (Sescoop, 2004: s/p.). Isso também é modificado, já que no estatuto de 2007, apresenta-se no Art. 3, que “Poderá associar-se à cooperativa qualquer pessoa que ofereça produtos e serviços turísticos tais como: recursos históricos, culturais e naturais; atividades produtivas, artesanais ou práticas do meio rural; hospedagem e alimentação; transporte e condução de visitantes, informação e tradução” (Cooptur, 2007: 3).

Observa-se, assim, que o maior detalhamento, apontando os ramos de atividades que podem fazer parte da cooperativa contribui para definir melhor os limites, como aponta o Primeiro Princípio de Ostrom (2011). Tal delimitação, todavia, pode ter sido necessária em função da ampliação demasiada da abrangência da Cooptur.

b) *Coerência entre as regras de apropriação/participação e provimento e as condições contextuais*

Nos estatutos de 2004 e 2007 nada é citado que se enquadre diretamente neste princípio de desenho de Ostrom (2011). Contudo, cabe salientar que o fato do aumento da abrangência da cooperativa, citada quanto se tratou do Primeiro Princípio, também se enquadra no não atendimento do Segundo Princípio.

Na aplicação do curso de treinamento para a implantação do “Programa de Turismo Rural Cooperativo” pela Sescoop em 2003/2004 e posteriormente com a criação da Cooptur em 2004, tinha-se como ponto de partida potencialidades apresentadas pelas comunidades étnicas que possuem cooperativas para organização de suas atividades econômicas, o que vem de encontro com a esse princípio de Ostrom (2011). Não foi ao acaso que a Sescoop propôs o curso em comunidades que já possuíam essa forma de organização, mas sim já pensando que as possibilidades de sucesso seriam maiores do que se aplicada tal capacitação em comunidades que não tivessem como parte de sua cultura a ação coletiva e cooperação, duas condições contextuais importantes.

No entanto, quando é modificado o estatuto em 2007, nota-se certa abertura para comunidades que não tinham a mesma organização que as consideradas como primordiais para a constituição original da Cooptur. Isso vai fazer com que ocorram divergências entre os que eram membros das comunidades étnicas, que conheciam os ideais cooperativos, e aqueles que não tem esses ideais e que sempre trabalharam num viés mais individualista, mas que passaram a poder ingressar numa forma de organização com ação coletiva (E. Hamm, 2012; H. E. Philippsen, 2012).

Nota-se assim, que na fase inicial levou-se em conta a coerência entre quem poderia se apropriar/participar da cooperativa e as questões contextuais, ou seja, os membros deveriam necessariamente ser oriundos de cooperativas étnicas. Hoje, a Cooptur congrega membros diversos, não somente de cooperativas/comunidades étnicas.

Cabe ainda citar um fato apontado no novo estatuto, quando da formação/eleição de nova diretoria, que consta no Art. 37: “Para a realização das eleições as chapas serão inscritas na Assembleia Geral Ordinária e deverá ser formada por associados que preencham todos os cargos eletivos, sendo apresentado, de preferência, contemplando 1(um) representante de cada uma das seguintes Unidades Turísticas – Witmarsum, Entre Rios, Prudentópolis, Ponta Grossa, Carambeí, Castro e Arapoti” (Cooptur, 2007: 10).

Desta forma, mesmo hoje sendo aberta para participação de membros de outros municípios e localidades, a diretoria (presidente e vice, secretários e outros) deverá ser preferencialmente formada com membros das comunidades étnicas que possuem cooperativas de produção, constando somente Ponta Grossa que foge a esse perfil. A situação que se apresenta é de manter no comando da cooperativa, pessoas que possuam mais experiência sobre o sistema cooperativo, ou seja, pessoas que cresceram no contexto da cultura cooperativa. Com isso, atende-se apenas parcialmente o Segundo Princípio do desenho de Ostrom.

c) *Acordos de escolha coletiva*

Neste momento avalia-se o direito de todos participarem das decisões e opinarem sobre os interesses comuns da instituição. O estatuto da Cooptur de 2004 propõe no Art. 7, quando trata dos direitos do associado, que o mesmo pode: “a) participar das Assembleias Gerais discutindo e votando os assuntos que

nela forem tratados; e b) propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ou às Assembleias Gerais medidas que interessem à cooperativa” (Sescoop, 2004: s/p.).

O estatuto atualizado, de 2007, apresenta a seguinte redação: “Art. 7 - São direitos do associado: a) propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da cooperativa; e b) o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial” (Cooptur, 2007: 4).

Sendo assim, ambos os estatutos apresentam a possibilidade de todos participarem das decisões da Cooptur, bem como, de opinarem sobre os interesses comuns. Portanto, essa cooperativa atende ao Terceiro Princípio de Ostrom, que é o de participação aberta aos membros.

d) *Monitoramento*

Para este princípio foram avaliados nos Estatutos da Cooptur os seguintes elementos: a) monitoramento interno sobre as atividades da cooperativa; e b) monitoramento sobre os serviços prestados pelos associados.

O monitoramento das atividades da cooperativa se dá pelo Conselho Fiscal como pode-se observar: “Art. 57 - 2004 /Art. 52 - 2007 - Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal [...]. Art. 60 - 2004/Art. 55 -2007 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos” (Sescoop, 2004: s/p; Cooptur, 2007: 15).

Quanto ao monitoramento dos serviços prestados pelos associados, isso não consta em nenhum dos estatutos aqui analisados. Pode-se, todavia, citar dados levantados dos boletins enviados pela Cooptur trimestralmente aos associados, onde se percebeu diversas considerações sobre a prestação de serviços, a qualidade destes e os preços cobrados (Cooptur, 2008a). Além disso, uma forma de monitoramento destes elementos foi à aplicação de questionários a visitantes que usufruíam dos serviços de turismo, dados estes que foram analisados pela Cooptur e posteriormente repassados a cada empreendimento, salientando mudanças e melhoras que poderiam ser realizadas (Cooptur, 2008b).

Nota-se, assim, que mesmo não estando presente nos Estatutos da Cooptur, o Quarto Princípio de desenho de Ostrom (2011) parece que vem sendo plenamente atingido quando se avalia as práticas desenvolvidas.

e) *Sansões graduadas*

Para este princípio foi avaliada nos Estatutos da Cooptur a existência de regras de operação e punições àqueles que não as cumprem.

No Art. 50 – 2004 e Art. 43 – 2007 são apontadas, com mesmo texto, as atribuições que cabem ao Conselho de Administração. São estas: “[...] b) estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa; c) elaborar Regimento Interno para a organização do quadro social; d) estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas; e) deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão de associados e suas implicações; [...] g) fixar as normas disciplinares; [...] m) zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis” (Sescoop, 2004: s/p.; Cooptur, 2007: 11-12).

O Art. 12 trata ainda da eliminação do associado, que poderá ser realizada em virtude de infração de lei, do estatuto ou norma da cooperativa. “O Conselho de Administração poderá eliminar o associado que: a) mantiver qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa; b) deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa; c) deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social; d) desrespeitar normas de funcionamento da cooperativa” (Sescoop, 2004: s/p.; Cooptur, 2007: 4-5).

Observa-se, neste sentido, que a Cooptur atende também ao Quinto Princípio de desenho de Ostrom, estabelecendo sanções graduadas aqueles que não cumprem as questões especificadas no estatuto da instituição.

f) *Mecanismos para resolução de conflitos*

Para este princípio o elemento avaliado foi à forma de resolução de conflitos presente nos Estatutos da Cooptur. Com relação a esta questão, é apresentada como uma das deliberações das Assembleias Gerais prevista nos estatutos, no item “d” do parágrafo 2º do Art. 39 – 2004 e Art. 34 – 2007: “solução de conflitos entre associados ou entre estes e a Administração da Cooperativa” (Sescoop, 2004: s/p.;

Cooptur, 2007: 9). Prevê-se a resolução dos conflitos entre usuários ou entre estes e os funcionários da instituição. Assim, também o Sexto Princípio de Ostrom é atendido.

g) *Reconhecimento mínimo de direitos de organização*

Este princípio versa sobre os direitos dos usuários de organizarem suas próprias instituições, sem haver questionamentos por autoridades governamentais e/ou externas. A Cooptur é reconhecida quanto aos seus direitos de organização, uma vez que é filiada a Ocepar - Sindicato e Organizações das Cooperativas do Paraná -, sendo apoiada por esta instituição maior desde sua fundação. Está também registrada na Junta Comercial do Paraná e na Receita Federal (D. C. Geus, 2015).

No Estatuto atualizado de 2007 consta no Art. 1, que a Cooptur “[...] é uma sociedade civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, que se rege pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, em sincronismo com o Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses, com o Programa de Turismo Rural Cooperativo e por este estatuto” (Cooptur, 2007: 2).

Portanto, trata-se de uma instituição autônoma, com plenos poderes, que deve funcionar respeitando as leis vigentes no território nacional e os princípios cooperativistas apregoados pela Ocepar, e também, em nível nacional pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Sendo assim, a instituição cumpre com o Sétimo Princípio de desenho de Ostrom.

h) *Empreendimentos aninhados*

Neste princípio a avaliação versa sobre as atividades desenvolvidas pela instituição estarem organizadas com ligação a múltiplos níveis de entidades. Observa-se que há toda uma estrutura de entidades e instituições, conhecida como Sistema Ocepar, que versa sobre o cooperativismo no Paraná e da qual a Cooptur faz parte e recorre para resolver problemas, buscar recursos, cursos de capacitação e outros.

O Sistema Ocepar “[...] é formado por três sociedades distintas, sem fins lucrativos que, em estreita parceria, se dedicam à representação, fomento, defesa sindical, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses: O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop/PR e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecoopar” (Sescop, 2014: s/p.). A “representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil, com sede em Brasília [...] que representa todos os ramos do cooperativismo brasileiro” (Sescop, 2014: s/p.). Assim, o Sistema Ocepar está ligado à OCB.

Sendo assim, a Cooptur também atende ao Oitavo Princípio de desenho de Ostrom, vinculando-se a empreendimentos aninhados.

Pode-se observar, portanto, que a Cooptur somente não atendeu plenamente aos princípios de desenho no que concerne aos *Limites claramente definidos* e a *Coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições contextuais*. Já os outros seis princípios de desenho são apresentados pela Cooptur, demonstrando que no seu planejamento a cooperativa toma pontos chave para ser o que Ostrom (2011) denomina de “instituição robusta”. Em seus estudos de caso, Ostrom (2011) aponta que as instituições que não apresentam mais que três itens dos oito princípios não obtém sucesso quanto à ação coletiva. Neste sentido, a Cooptur apresentando seis princípios, sinaliza para uma instituição bem organizada no que concerne à ação coletiva para o desenvolvimento turístico envolvendo comunidades étnicas da Região dos Campos Gerais.

Mais recentemente novas ações são absorvidas pela Cooptur, que passa a trabalhar mais como agência de turismo do que como cooperativa de turismo propriamente dita, comercializando os produtos turísticos regionais (D. C. Geus, 2015). A sede da cooperativa está localizada atualmente em Carambeí, onde reside também seu presidente. Isso faz com que o turismo envolvendo as comunidades étnicas que possuem cooperativas produtivas, segundo E. Hamm (2012) e H. E. Philippsen (2012), seja impulsionado, tornando-as mais conhecidas e as consolidando enquanto destinos importantes na região dos Campos Gerais do Paraná.

A Comunidade de Menonita de Witmarsum é o destino que teve a primeira integração a ideia de Cooperativa de Turismo no Paraná, por isso, destinamos a ela uma análise mais profunda na próxima seção.

4. Organização interna e influência externa no turismo de Witmarsum

O trabalho de capacitação para o turismo oriundo do “Programa de Turismo Rural Cooperativo”, aliada a formação da Cooptur e o início de sua atuação, tiveram um impacto positivo em Witmarsum.

Despertou-se na comunidade o desejo pela integração às atividades do setor, possibilitando uma visão mais apurada sobre possibilidades nele existentes. Todavia, esses movimentos vindos de fora para dentro ocorreram aliados a iniciativas locais que os antecederam (E. Hamm, 2012). Assim, nesta seção analisa-se a organização do turismo na comunidade de Witmarsum tendo em vista as iniciativas internas e as influências do “Programa de Turismo Rural Cooperativo” e da Cooptur sobre elas.

A comunidade de Witmarsum foi escolhida para aplicação do projeto piloto do “Programa de Turismo Rural Cooperativo” tendo em vista seu contexto inicial de trabalho com o turismo, bem como pela sua trajetória envolvendo formas de trabalho coletivo via cooperativa de produção. Os primeiros empreendimentos ocorreram na década de 1990 e início dos anos 2000 e foram no ramo de equipamentos de alimentos e bebidas (cafés coloniais) e também no de hotelaria (pousadas) (H. E. Philippsen, 2012). Essa condição contextual apresentada por Witmarsum foi decisiva na sua escolha como piloto e é análoga ao Segundo Princípio de desenho de Ostrom (2011) que evolve a coerência entre as formas de organização/participação e as condições contextuais.

Inicialmente, o aspecto que atraía visitantes à comunidade era a beleza cênica da paisagem do local. As pessoas que por ali passavam eram provenientes principalmente de Curitiba e Ponta Grossa, maiores cidades presentes no seu entorno. Grupos de motociclistas estavam entre o público que colocava a comunidade em seu itinerário. Os espaços da comunidade mais frequentados eram os que ofereciam produtos coloniais alimentícios, tais como os biscoitos produzidos pela Confeitaria Kliewer⁷, ou ainda o café colonial servido por ela e pelo Café Sabores da Colônia (E. Hamm, 2012).

No ramo de hospedagem tem-se como primeiro estabelecimento a Pousada Siebert, que inicia suas atividades em 1992. Apesar de ser um dos primeiros empreendimentos organizados na comunidade, este não tinha como objetivo o trabalho com o turismo. Visava o atendimento a estudantes que se deslocavam até Witmarsum para efetuar estágios na cooperativa, e famílias que vinham visitar parentes e amigos, um dos fortes costumes dos menonitas pela sua ligação com outras comunidades co-irmãs. A partir do momento que a comunidade começa a receber turistas, a pousada passa por uma reforma e amplia suas instalações, melhorando a prestação de serviços para atender a este novo público. Após esta iniciativa, outros empreendimentos do mesmo ramo foram criados, tais como a Pousada Campos Gerias e Pousada Catarina (H. E. Philippsen, 2012).

Tendo como ponto de partida estas ações locais e individuais, o turismo começa a se apresentar para Witmarsum como uma alternativa concreta de atividade econômica que agregaria renda as atividades tradicionais existentes, e assim, de forma gradativa, passa a se tornar parte do dia a dia da comunidade. Esta mudança de hábito nas formas de vivência dos membros da comunidade de Witmarsum envolvendo o turismo é relatada no depoimento de Melita L. K. Nickel: “Witmarsum abre as portas para o turismo, isso é uma mudança radical que vem ocorrendo a cerca de cinco anos e vem crescendo cada vez mais. [...] Witmarsum vai se transformando num destino turístico, será que há motivos para se lamentar? Isto gera uma estrutura bem diferente, inclusive social, e nós também estamos nos abrindo à população do país, pois antes éramos só alemães, sempre entre nós, e isso não era bom. Temos que nos relacionar com os que vivem ao redor” (*apud* Guebur *et al*, 2009: s/p.).

O depoimento enfatiza justamente o contexto de mudança que ocorria na comunidade que antes era vista pela população do entorno como fechada, devido aos aspectos religiosos, sociais e econômicos diferenciados. No entanto, com o passar dos anos da década de 2000, ela se transforma, tornando-se um pequeno destino turístico, modificando a estrutura local, se abrindo para novas experiências a partir desta nova atividade econômica.

Sendo assim, as primeiras iniciativas envolvendo o turismo fazem com que Witmarsum comece a ser conhecida, inicialmente com uma atividade mais incipiente, contudo, gradativamente vai apresentando uma estrutura organizada atendendo com qualidade aqueles que buscam o local. Isto ocorre tendo em vista momentos, ações e situações distintas.

Primeiramente ocorre a implementação do projeto piloto de turismo cooperativo – motivado pelos aspectos cooperativos de produção e pelas iniciativas locais de empreendimentos no setor – que faz com que a comunidade se desperte, através da capacitação ofertada, para a atividade turística. Isto leva ao surgimento de outros elementos/equipamentos para completar a estrutura turística, motivados pelas ações do programa. Além dos cafés e hotéis, novas pousadas são abertas, lojas de artesanato são instaladas, são organizados atrativos como o museu, a cooperativa, eventos programados, entre outros⁸.

Um segundo fator essencial para explicar o crescimento turístico foi a integração ocorrida entre os empreendimentos com ofertas de atividades diferentes e seu papel tanto na organização como na divulgação de atrativos existentes na comunidade, além da criação de novas atrações, principalmente relacionadas a eventos (H. E. Philippsen, 2015). Observa-se aqui a presença do Terceiro Princípio de

Ostrom (2011) referente aos acordos coletivos tendo em vista o desenvolvimento do turismo local, não somente envolvendo formas de divulgação, mas também regras e diretrizes a serem seguidas pensando no futuro da atividade. Esta organização coletiva foi representada entre os anos de 2005 e 2008 pela Associação de Turismo de Witmarsum - Awitur (H. E. Philippsen, 2015).

Ao tratar do papel desta associação, pode-se observar outros princípios de Ostrom (2011) presentes no desenvolvimento do turismo local. Um deles se refere ao monitoramento (Quarto Princípio de Ostrom) que trata do desenvolvimento das ações coletivas planejadas, assim como das regras colocadas para o desenvolvimento do turismo, havendo, também, sanções graduadas (Quinto Princípio de Ostrom) para aqueles que descumprissem parte dos acordos firmados coletivamente (H. E. Philippsen, 2015; R. Philippsen, 2015).

Esta instituição também apresentava formas de resolução de conflitos (Sexto Princípio de Ostrom), as quais se davam por meio de reuniões entre os membros da Awitur, tendo em vista a manutenção da coesão social e das relações de confiança entre os proprietários dos empreendimentos turísticos da comunidade. Percebe-se, assim, um processo participativo e cooperativo envolvendo ações referentes ao turismo (H. E. Philippsen, 2012; E. Hamm, 2012).

Após uma fase inicial profícua na organização do turismo em Witmarsum, a Awitur passa por problemas que a levam a sua dissolução. A dificuldade de participação dos membros nas reuniões e trabalhos coletivos fez com que a instituição deixasse de atuar a partir de meados do ano de 2008. Os empreendedores que a compunham não disponibilizavam de tempo para dar conta das tarefas e ações, já que seus empreendimentos tomavam muito tempo no seu dia a dia. Observa-se, todavia, que a instituição foi positiva quando da organização inicial da atividade, na medida em que os empreendedores organizaram seus equipamentos e facilidades para atendimento dos visitantes e alcançaram certa estabilidade, cada um resolveu trabalhar por si mesmo, sem uma forma de integração central (H. E. Philippsen, 2012; E. Hamm, 2012).

Enquanto existiu, a Awitur esteve ligada a Cooptur, que lhe delegava funções e apontava diretrizes para o desenvolvimento turístico local (Oitavo Princípio de Ostrom, referente aos empreendimentos aninhados que trabalham em conjunto e em níveis diferenciados de atuação). Esta ligação foi um fator bastante importante enquanto a associação se manteve atuante (H. E. Philippsen, 2012).

Mesmo com a extinção da Awitur, a Cooptur seguiu influenciando o desenvolvimento turístico de Witmarsum. Sua atuação se apresentou como um dos principais fatores externos que influenciou na trajetória do turismo local. Foi a Cooptur que desde 2004 apresentou as diretrizes a serem seguidas, dando apoio aos empreendimentos locais com a atração e direcionamento de demanda turística, atuando também como uma agência de turismo. Foi ela que, com atividades envolvendo cursos e avaliações dos empreendimentos, proporcionou a elevação dos padrões de qualidade dos empreendimentos e a melhora no atendimento aos visitantes (H. E. Philippsen, 2015; R. Philippsen, 2015). A Cooptur, analisada anteriormente, atuou como uma “instituição robusta” (Ostrom, 2011), com uma atuação impar envolvendo o turismo regional.

O papel exercido Awitur em Witmarsum, com sua dissolução, passou a ser exercido pela Cooptur. Os empreendimentos passam a ter um diálogo direto com a cooperativa de turismo, se tornando cooperados da instituição. Assim, a Cooptur ao atuar como uma agência vem atuando na organização de pacotes e roteiros envolvendo tais empreendimentos de acordo com suas características, capacidades e limitações (H. E. Philippsen, 2015).

Observa-se que fatores internos e externos influenciam no desenvolvimento do turismo em Witmarsum. Cada ação teve um papel de relevo nos caminhos que a comunidade tomou, podendo ser considerada hoje um dos principais destinos turísticos no meio rural da região dos Campos Gerais do Paraná.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento do turismo pode ocorrer de várias formas, envolvendo empresas e/ou iniciativas locais, bem como, iniciativas advindas do poder público. Contudo, na maioria dos casos observam-se organizações privadas trabalhando isoladamente, num regime de concorrência ferrenha, sem buscar parcerias entre si. Este fato não foi observado em Witmarsum, pois a ação coletiva e o trabalho em grupo estiveram presentes, pelo menos em grande parte da organização inicial do turismo, unindo empresas individuais e privadas. Tal fato foi responsável pelos bons resultados coletivos, fazendo com que a comunidade crescesse e se apresentasse cada vez mais atrativa para atividade.

Um elemento central neste desenvolvimento turístico pode ser atribuído à tendência ao trabalho coletivo previamente existente na comunidade. Os menonitas apresentam uma forma de organização

que envolve o trabalho em grupo e os processos de cooperação. Isso permeia a religião, a forma de educação e o trabalho via ação coletiva/cooperativismo, sendo pilares de organização e vivência comunal defendidos pelo grupo. Tais preceitos estão presentes nas atividades desenvolvidas na comunidade, mesmo que às vezes de forma indireta, seja nas questões econômicas, com a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum, seja nas questões sociais via Associação de Moradores.

Tais características de coesão da comunidade influenciaram de maneira positiva também quando da estruturação inicial do turismo local. É inegável o papel da Awitur, enquanto instituição local representativa da ação coletiva local, para o turismo em sua primeira fase. Não se deixando de salientar o papel fundamental dos empreendedores locais, que foram melhorando gradativamente seus produtos e criando novas alternativas para os que visitam a comunidade, conquistando público cativo.

A Cooptur, embora influenciadora externa, também teve papel fundamental enquanto instituição organizadora e agenciadora do turismo em Witmarsum, auxiliando no despertar para esta atividade na comunidade. De toda forma, é imperativo lembrar que tanto o projeto piloto do Programa de Turismo Rural Cooperativo como a criação/envolvimento com a Cooptur, só ocorreu na comunidade devido à atmosfera propícia, calcada nas formas de organização e participação comunitária, bem como na coesão social via ação coletiva.

A Cooptur, todavia, tem um papel importante na interligação entre comunidades com características similares à de Witmarsum, ou seja, com presença de descendentes de imigrantes e cooperativas de produção. Sendo assim, destaca-se sua função de interligação entre as ofertas turísticas na região. A existência de cooperativas de produção nestas comunidades, entretanto, se revela mais como um adicional em termos de atrativo, já que a experiência cooperativa agropecuária não pode ser diretamente transposta à atividade turística. Enquanto na cooperativa de produção há a compra de toda a produção dos cooperados para a comercialização em conjunto, na cooperativa de turismo tal compra não é possível, havendo concorrência entre os destinos e entre os empreendimentos, o que se torna possível é a comercialização conjunta de ofertas complementares, que não concorram entre si.

Desta forma, são diversos os contextos e situações que necessitam de reflexão na comunidade para que esta possa melhor se estruturar em termos turísticos. De toda forma, Witmarsum tem ainda um longo caminho a percorrer. Há uma série de recursos turísticos a serem explorados, entre eles as belezas naturais, a visitação as igrejas menonitas e as apresentações culturais. Certamente que tais ações devem partir da comunidade de acordo com seus interesses. É importante saber envolver seus aspectos naturais e culturais de forma a não torná-los apenas uma mercadoria de venda, mas sim uma forma de mantê-los e apresentá-los aos visitantes como um incentivo a preservação destes.

Referências

- Cooptur, Cooperativa Paranaense de Turismo.
2007. Estatuto social. Carambeí, PR.
- Cooptur. Cooperativa Paranaense de Turismo.
2008a. Boletim “O imigrante”: Informativo trimestral da Cooperativa Paranaense de Turismo. Mimeo. Carambeí, PR, Brasil.
- Cooptur. Cooperativa Paranaense de Turismo.
2008b. Boletim “O imigrante”: Informativo trimestral da Cooperativa Paranaense de Turismo. Mimeo. Carambeí, PR, Brasil.
- Entre Rios.
2012. Cooptur: Cooperativa Paranaense de Turismo. Disponível em <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/o-turismo/-a-cooptur/>> (Consultado: 26/12/2012).
- Gil, A. C.
2009. Estudo de caso. São Paulo: Atlas.
- Guebur, C.; Massote, M.; Seidel, M. y Claassen, V.
2009. Witmarsum: O Brasil dos Menonitas. Disponível em: Vídeo 1: <<http://www.youtube.com/watch?v=wOzicG1WJ74>> Vídeo 2: <<http://www.youtube.com/watch?v=XeH3OcO-Jz4>> Vídeo 3: <<http://www.youtube.com/watch?v=NjveTrm6ap4>> (Consultado: 10/01/2013).
- Hardin, G.
1968. “The tragedy of the commons”. Science, 162 (3859), 1243-1248.

Klassen, P. P.

1998. Die russlanddeutschen Mennoniten in Brasilien: Siedlungen, Gruppen und Gemeinden in der Zerstreuung. Castro: Kugler.

Mielke, E. J. C.; Gandara, J. M. G. y Serra, M.

2008. O modelo cooperativo de governança para destinos turísticos: resultados práticos da análise de duas experiências no Brasil. Anais do V Encontro Latino Americano de Cooperativismo, Ribeirão Preto-SP, Brasil.

Olson, M.

2011. Alógica da ação coletiva: os benefícios públicos a uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Ostrom, E.

2011. El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de la acción colectiva. (2a Ed.) México: FCE, UNAM, IIS.

Ostrom, E.; Poteete, A. y Janssen, M.

2011. Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: Editora Senac. Paraná Cooperativo.

2012. Programa de Turismo Rural Cooperativo. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/61410-61410>> (Consultado: 26/12/2012).

Sescoop. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

2002. Programa de Turismo Rural Cooperativo. Brasília. Disponível em:

<<http://midia.cpt.com.br/pdfs/uov/cursos-uov-programa-de-turismo-rural-cooperativo.pdf>> (Consultado: 26/12/2012).

Sescoop. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

2004. Cooperativa de turismo dos imigrantes. (apostila impressa utilizada para formulação do estatuto da cooperativa).

Sescoop. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

2014. O sistema Ocepar e o cooperativismo paranaense. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> (Consultado: 01/08/2014).

Setti, E. O.

2011. Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro. Curitiba: Ocepar.

VEAL, A. J.

2011. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph.

Notas

¹ “[...] grupo sócio-religioso que provém do movimento anabatista da época da reforma. Apesar de serem de origem holandesa, os menonitas adquiriram cultura alemã pela longa permanência na região de Danzig, de onde emigraram para Ucrânia e Rússia no século XVIII” (Balhana *et al.*, 1969: 227). No século XIX e XX este grupo vivenciou uma grande diáspora, deslocando-se, sobretudo, para o continente americano (Sahr e Löwen Sahr, 2000). (Balhana, A. P.; Machado, B. P. y Westphalen, C. M. 1969. História do Paraná (Volume I). Curitiba: Grafpar. Sahr, W. D. y Löwen Sahr, C. L. 2000. Menonitas brasileiros às margens do mundo nacional: um estudo de geografia social e cultural. *Ra'ega*, 4 (1), 61-84. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3340>>. (Consultado: 12/06/2014).

² Em cada estado existe uma unidade representativa da SESCOOP. No caso do Paraná a mesma está intimamente ligada aos trabalhos da OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Setti, 2011).

³ Como citado anteriormente, o êxodo rural preocupava a comunidade de Witmarsum pela saída dos jovens com destino aos centros urbanos próximos, um problema que o programa de turismo cooperativo buscava resolver a partir de seus objetivos.

⁴ “Esta iniciativa tinha como objetivo claro o de organizar a oferta turística regional de alguns destinos turísticos potenciais em todo o país, sob uma base cooperativista, isto é, a ideia original era desenvolver o turismo através do cooperativismo” (Mielke, Gandara e Serra, 2008: s/p).

⁵ O estabelecimento de uma forma de organização social em cooperativa ou associação era o principal objetivo do “Programa de Turismo Rural Cooperativo”, buscando assim fortalecer as comunidades/municípios por meio de uma estrutura onde todos os envolvidos na atividade fizessem parte (Sescoop, 2002: 14-15).

⁶ O programa de capacitação se constituiu em oito módulos, sendo eles: Turismo Rural; Atrativos e Produtos do Turismo Rural; Hospedagem, Gastronomia e Produção Local; Segurança; Marketing; Administração; Projetos de Turismo Rural; Estratégia de Organização Social (Idec, 2003). (Idec - Instituto de Desenvolvimento Educacional e Comunitário. 2003. Programa modelo de capacitação de empreendedores em turismo rural. Brasília: SESCOOP).

- ⁷ Desde 1991 a Família Kliewer produz biscoitos que são repassados a mercados de Ponta Grossa e Curitiba. Com a movimentação de pessoas na comunidade, e por estarem localizados em um local privilegiado (a beira da estrada principal) começam a comercializar ali estes produtos, além de bolos e tortas. A organização para atender a demanda e servir café colonial ocorreu por volta do ano de 2001, sendo este um empreendimento pioneiro de Witmarsum, que atualmente é um dos locais mais buscados pelos turistas, principalmente nos finais de semana e feriados. Outro produto buscado eram os queijos finos produzidos pela Cooperativa Witmarsum, comercializados inicialmente no mercado da cooperativa (E. Hamm, 2012).
- ⁸ Um fato importante para a organização turística de Witmarsum é a criação em 2012 da primeira agência de receptivo na comunidade, que conta com guias de turismo capacitados. Este empreendimento, ligado a Cooptur, era um elemento que faltava na estrutura turística da comunidade, sendo ele agora responsável por organizar roteiros e visitas, tendo em vista que atua de forma integrada com os equipamentos de atendimento aos visitantes existentes em Witmarsum (H. E. Philippsen, 2012).

Recibido: 01/10/2014
Reenviado: 06/04/2015
Aceptado: 29/06/2015
Sometido a evaluación por pares anónimos